

**PROCESSO SELETIVO – 04/2026**

**Área de Conhecimento: Contabilidade e Finanças Públicas**

**PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA**

**QUESTÃO 1: Considerando a classificação quanto aos tipos de entidades públicas, de acordo com o Decreto 200/67, analise o caso e responda o que se pede: (1,5)**

O Brasil possui a segunda maior reserva de terras raras do planeta (perde apenas para China), mas ainda tem produção industrial limitada. De acordo com as leis brasileiras, as riquezas existentes no subsolo pertencem a União, a qual explorar diretamente ou conceder à terceiros o direito de exploração. Ocorre que a exploração de minérios está cada vez mais na mão de empresas estrangeiras, que levam o produto para industrialização em seus países de origem e depois revendem com alto valor agregado. São consideradas terras raras os minerais críticos e estratégicos, contemplando 17 elementos químicos metálicos, presentes em minerais e utilizados para produzir ímãs superpotentes, componentes de carros elétricos, demais energias limpas, ligas metálicas especiais e componentes de alta tecnologia. Nos últimos meses o governo brasileiro tem manifestado preocupação com os inúmeros pedidos de empresas estrangeiras, já instaladas no país há muitos anos, para aumentar a capacidade de exploração, bem como a compra de grandes áreas territoriais com intenção de extração ilegal de no país. Surgiram algumas propostas para criar uma entidade pública que pudesse industrializar esses minérios e o Brasil pudesse vender o produto industrializado, agregando valor para exportação e diminuindo o preço para consumo interno de empresas brasileiras, assim como foi feito com o petróleo na década de 50. Especula-se que essa entidade se chamaria Terrabras (Terras Raras Brasileiras), criada por Lei Federal (CNN, 2026).

- a) No caso da União criar uma entidade pública sem a intenção de gerar lucro, pois deseja que os resultados positivos sejam reinvestidos na própria entidade, afim de que ela tenha patrimônio e renda próprios, com condições de se manter sozinha e prosperar, **qual o tipo de entidade pública da administração indireta deve ser criada e por quê?**
- b) Se a União quiser criar uma entidade pública com intenção de obter lucro, para explorar atividade econômica em forma de sociedade, visto que não possui recurso suficiente para criar toda a estrutura tecnológica necessária sozinha, mas pretende ser a controladora da entidade, **qual o tipo de entidade pública da administração indireta deve ser criada e por quê?**
- c) Se a União quiser criar uma entidade pública com intenção de obter lucro, fazendo o aporte necessário para criar a estrutura e mantê-la, com capital exclusivo da União e patrimônio próprio, criada por conveniência administrativa, **qual o tipo de entidade da administração indireta deve ser criado e por quê?**

Resposta: espera-se que o candidato identifique o tipo de entidade e explique com base nas características definidas pela norma legal:

BRASIL. Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a Organização da Administração Federal, Estabelece Diretrizes para a Reforma Administrativa e dá Outras Providências.

- a) Autarquia (explicar)  
b) Sociedade de Economia Mista (explicar)  
c) Empresa Pública (explicar)

**Membros da Banca:**

\_\_\_\_\_  
**Avaliador 1** – Dra. Valkyrie Vieira Fabre

\_\_\_\_\_  
**Avaliador 2** - Dra. Dinorá Baldo de Faveri

\_\_\_\_\_  
**Avaliador 3** – Dr. Fernando Scheffer

\_\_\_\_\_  
**Presidente da Banca** – Dra. Valkyrie Vieira Fabre

**PROCESSO SELETIVO – 04/2026**  
**Área de Conhecimento: Contabilidade e Finanças Públicas**

**PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA**

**QUESTÃO 2: O orçamento público aprovado pode sofrer alterações durante sua execução. Para promover a alteração nas dotações orçamentárias de despesa, o Ente público deve solicitar créditos adicionais, por meio de decretos ou leis ordinárias. Com base no que estabelece o Art. 41, da Lei 4320/64, responda o que se pede: (1,5)**

- a) Qual o nome do crédito adicional utilizado para criar uma nova dotação orçamentária?
- b) Qual o nome do crédito adicional utilizado para reforço de dotação orçamentária já existente?
- c) Qual o nome do crédito adicional utilizado para reforço de dotação ou criação de nova dotação orçamentária, em casos de guerras, calamidades públicas ou comoção intestina?

Resposta: espera-se que o candidato identifique o crédito adicional correspondente, de acordo as características definidas pela norma legal:

BRASIL. Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

- a) especial
- b) suplementar
- c) extraordinário

**Membros da Banca:**

\_\_\_\_\_  
**Avaliador 1** – Dra. Valkyrie Vieira Fabre

\_\_\_\_\_  
**Avaliador 2** - Dra. Dinorá Baldo de Faveri

\_\_\_\_\_  
**Avaliador 3** – Dr. Fernando Scheeffler

\_\_\_\_\_  
**Presidente da Banca** – Dra. Valkyrie Vieira Fabre

**PROCESSO SELETIVO – 04/2026**  
**Área de Conhecimento: Contabilidade e Finanças Públicas**

**PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA**

**QUESTÃO 3 – Considerando que o mandato do atual governador do estado de Santa Catarina é de 4 anos e se encerra em 31/12/2026, bem como, que os prazos para tramitação dos planos orçamentários estabelecidos no Art. 35, do ADCT da CESC, são iguais aos prazos estabelecidos no Art. 35, § 2º, do ADCT da CRFB, responda o que se pede: (1,0)**

- a) Em que ano foi elaborado e encaminhado ao poder legislativo o projeto do plano orçamentário de 4 anos, o qual está sendo executado em 2026?
- b) Em que ano encerra a vigência do planejamento orçamentário de 4 anos, aprovado pelo atual governador de Santa Catarina?

Resposta: espera-se que o candidato calcule o ano com base nos prazos definidos pela norma legal:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), de 15/10/1988.

- a) 2023
- b) 2027

**Membros da Banca:**

\_\_\_\_\_  
**Avaliador 1** – Dra. Valkyrie Vieira Fabre

\_\_\_\_\_  
**Avaliador 2** - Dra. Dinorá Baldo de Faveri

\_\_\_\_\_  
**Avaliador 3** – Dr. Fernando Scheeffler

\_\_\_\_\_  
**Presidente da Banca** – Dra. Valkyrie Vieira Fabre

**PROCESSO SELETIVO – 04/2026**  
**Área de Conhecimento: Contabilidade e Finanças Públicas**

**PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA**

**QUESTÃO 4: A renúncia de receita ocorre quando o Ente público abre mão de arrecadar receitas ou concede benefícios fiscais que seriam seus por direitos. Segundo o § 1º, Art. 14 da LRF, o que compreende a renúncia de receita pública? (1,0)**

Resposta: espera-se que o candidato explique com base nas definições da norma legal:

BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 (LRF). Estabelece Normas de Finanças Públicas Voltadas para a Responsabilidade Fiscal e dá Outras Providências.

**Membros da Banca:**

\_\_\_\_\_  
**Avaliador 1** – Dra. Valkyrie Vieira Fabre

\_\_\_\_\_  
**Avaliador 2** - Dra. Dinorá Baldo de Faveri

\_\_\_\_\_  
**Avaliador 3** – Dr. Fernando Scheeffler

\_\_\_\_\_  
**Presidente da Banca** – Dra. Valkyrie Vieira Fabre

**PROCESSO SELETIVO – 04/2026**  
**Área de Conhecimento: Contabilidade e Finanças Públicas**

**PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA**

**QUESTÃO 5: O planejamento público orçamentário se divide em 3 peças (planos), criados por leis de iniciativa do poder executivo, obrigatórias a todos os Entes. Quais os nomes destas leis/planos, de acordo com o Art. 165 da CRFB? (1,0)**

Resposta: espera-se que o candidato explique com base nas definições da norma legal:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), de 15/10/1988.

**Membros da Banca:**

\_\_\_\_\_  
**Avaliador 1** – Dra. Valkyrie Vieira Fabre

\_\_\_\_\_  
**Avaliador 2** - Dra. Dinorá Baldo de Faveri

\_\_\_\_\_  
**Avaliador 3** – Dr. Fernando Scheeffler

\_\_\_\_\_  
**Presidente da Banca** – Dra. Valkyrie Vieira Fabre

**PROCESSO SELETIVO – 04/2026**  
**Área de Conhecimento: Contabilidade e Finanças Públicas**

**PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA**

**QUESTÃO 6: Explique o que são Restos a Pagar, mencionando a diferença entre Restos Processados e Restos Não Processados, de acordo com o MCASP (2024). (1,0)**

Resposta: espera-se que o candidato explique com base nas definições da norma legal:

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de contabilidade aplicada ao setor público 2024 (MCASP). 11ª ed. Brasília: Ministério da Economia, 2024. E-book. Disponível em: <https://thot-arquivos.tesouro.gov.br/publicacao/51045>

**Membros da Banca:**

\_\_\_\_\_  
**Avaliador 1** – Dra. Valkyrie Vieira Fabre

\_\_\_\_\_  
**Avaliador 2** - Dra. Dinorá Baldo de Faveri

\_\_\_\_\_  
**Avaliador 3** – Dr. Fernando Scheeffler

\_\_\_\_\_  
**Presidente da Banca** – Dra. Valkyrie Vieira Fabre

**PROCESSO SELETIVO – 04/2026**  
**Área de Conhecimento: Contabilidade e Finanças Públicas**

**PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA**

**QUESTÃO 7: Considerando as despesas com pessoal para fins de apuração do percentual máximo de gastos, explique o que é considerado despesa total com pessoal, com base em que período é calculada e em que caso os terceirizados entram no cálculo, com base no Art. 18 da LRF (2000). (1,5)**

Resposta: espera-se que o candidato explique com base nas definições da norma legal:

BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 (LRF). Estabelece Normas de Finanças Públicas Voltadas para a Responsabilidade Fiscal e dá Outras Providências.

**Membros da Banca:**

\_\_\_\_\_  
**Avaliador 1** – Dra. Valkyrie Vieira Fabre

\_\_\_\_\_  
**Avaliador 2** - Dra. Dinorá Baldo de Faveri

\_\_\_\_\_  
**Avaliador 3** – Dr. Fernando Scheeffler

\_\_\_\_\_  
**Presidente da Banca** – Dra. Valkyrie Vieira Fabre

**PROCESSO SELETIVO – 04/2026**  
**Área de Conhecimento: Contabilidade e Finanças Públicas**

**PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA**

**QUESTÃO 8 – Considerando o MCASP (2024), cite as etapas da receita pública orçamentária e explique cada uma delas. (1,5)**

Resposta: espera-se que o candidato explique com base nas definições da norma legal:

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de contabilidade aplicada ao setor público 2024 (MCASP). 11<sup>a</sup> ed. Brasília: Ministério da Economia, 2024. E-book. Disponível em: <https://thot-arquivos.tesouro.gov.br/publicacao/51045>

**Membros da Banca:**

\_\_\_\_\_  
**Avaliador 1** – Dra. Valkyrie Vieira Fabre

\_\_\_\_\_  
**Avaliador 2** - Dra. Dinorá Baldo de Faveri

\_\_\_\_\_  
**Avaliador 3** – Dr. Fernando Scheeffler

\_\_\_\_\_  
**Presidente da Banca** – Dra. Valkyrie Vieira Fabre



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **XE597Q7U**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **VALKYRIE VIEIRA FABRE** (CPF: 015.XXX.299-XX) em 22/06/2026 às 09:03:56  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:42:06 e válido até 30/03/2118 - 12:42:06.  
(Assinatura do sistema)

✓ **FERNANDO SCHEEFFER** (CPF: 027.XXX.459-XX) em 22/06/2026 às 09:12:06  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:38:34 e válido até 30/03/2118 - 12:38:34.  
(Assinatura do sistema)

✓ **DINORA BALDO DE FAVERI** (CPF: 019.XXX.209-XX) em 22/06/2026 às 10:51:08  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:41:32 e válido até 30/03/2118 - 12:41:32.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/VURFU0NfMTlwMjJfMDAwMjA4OTNfMjA4OThfMjAyNI9YRTU5N1E3VQ==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **UDESC 00020893/2026** e o código **XE597Q7U** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.